

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008597-62.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Rio de Janeiro Refrescos Ltda**  
 Requerido: **Valdiceia Barbosa Pinto**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CARLOS CASTILHO AGUIAR FRANCA**

Vistos.

RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA ajuizou ação contra VALDICEIA BARBOSA PINTO, pedindo a reintegração na posse de equipamento dado em comodato a este, por não mais lhe convir tal relação, bem como sua condenação ao pagamento de indenização por perdas e danos, correspondente ao valor de um aluguel, desde a data em que, constituído em mora por intermédio de notificação, deixou de devolver tal bem.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a medida de reintegração na posse.

Citada, a ré não contestou os pedidos.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 344). Ademais, os documentos juntados confirmam a relação jurídica de direito material e a intenção da autora, de recuperar a posse do objeto dado em comodato, recusando-se a ré à devolução, tanto que necessária se fez a ação judicial. Bem por isso, transmudando a posse de legítima para ilegítima, desde a constituição em mora, é justo impor o pagamento de uma renda, cumprindo-se a propósito o que as partes pactuaram, arbitrando-se, porém, o valor mensal de R\$ 200,00, para evitar enriquecimento indevido.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** e decreto a reintegração da autora na posse do equipamento, por efeito da resolução contratual, confirmando a decisão de adiantamento da tutela, ao mesmo tempo em que condeno a ré ao pagamento de uma renda

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pela retenção indevida, do valor mensal global de R\$ 200,00, com correção monetária e juros moratórios à taxa legal, desde a data da constituição em mora até a restituição do equipamento.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados por equidade em R\$ 1.000,00, pois modesto o valor da causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de novembro de 2018.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**